

ENTREVISTA

José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Introdução

Esta entrevista originalmente foi concedida por escrito à jornalista **Tatiany Lukrafka**, responsável pelo Portal da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Ela se deu por ocasião da 4ª edição do Curso de Simulação de Combate e Blindados, realizado pela UFRGS e pelo Comando Militar do Sul (CMS), ainda em 2021. Mas, como tardei demais em responder, o momento de sua publicação acabou passando.

Contudo, em função da crescente participação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e da proximidade da 5ª edição do curso, a realizar-se entre os dias 27/06 e 01/07/2022, entendeu o professor Dr. José Renato Ferraz da Silveira, Editor-chefe desta prestigiosa revista, ser oportuno que se efetue sua publicação, dado que seu conteúdo permanece atual.

Importa esclarecer que, à exceção dos trabalhos do corpo discente, para os quais recorreu-se ao auxílio das bases de dados da UFRGS, as referências a personagens e eventos foram feitas de memória. Portanto, podem conter lacunas ou imprecisões. Ademais, trata-se da experiência pessoal do autor e de suas percepções sobre a vida vivida. De modo algum tem-se a pretensão de efetuar-se uma história institucional, quer do curso de graduação ou de pós-graduação em Relações Internacionais da UFRGS.

A referência a pessoas, ou personalidades, tem como propósito prestar reconhecimento e homenagem – por este percurso, gratidão. De modo algum associá-las às concepções defendidas

no conteúdo do texto. Estas são de responsabilidade exclusiva do autor. Portanto, tampouco podem representar as posições de órgãos da UFRGS e, muito menos, do Exército Brasileiro.

Como se deu a aproximação da UFRGS com o Exército?

José Miguel Quedi Martins — Antes de responder à pergunta, cabe fornecer alguns elementos de contexto. Olhando em perspectiva retrospectiva parece tratar-se da convergência de dois acúmulos históricos. O primeiro, representado pela criação do curso de Relações Internacionais (RI) em 2004. O segundo, pelo ponto de inflexão na política de defesa suscitado pelo anúncio do Pré-Sal em 2006. Ambos se encontraram no vértice formado pela confluência entre a Política Externa Brasileira e o Planejamento de Defesa Baseado em Capacidades. O curso de RI tem muitos pais fundadores, mas dentre estes, cumpre destacar as figuras de Paulo Gilberto Fagundes Visentini e Pedro Cezar Dutra Fonseca. Da agenda intelectual de ambos se extrai o desenvolvimento como fundamento da soberania e a Política Externa como um de seus principais vetores.

Assim, desde sempre – mesmo antes de formalizar-se enquanto tal – o curso de RI da UFRGS teve no seu centro a ideia de Projeto Nacional. E, por coincidência, instalou-se no prédio feito em homenagem a Júlio de Castilhos que, já no início do século passado, compreendia a educação como aspecto central da modernização e do

desenvolvimento – o que ele denominava “progresso”.

Assim, quando André Luiz Reis da Silva estruturou as cadeiras do curso, a Política Externa Brasileira (PEB) recebeu um justo e merecido lugar de destaque. Coube ao professor Marco Aurélio Chaves Cepik trazer consigo a agenda de Segurança. Posteriormente, Cepik situou-se como um dos principais idealizadores da criação do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) – do qual também foi diretor. Assim, enfatizou-se o compromisso com a formulação de políticas públicas. Desse modo, também por este percurso indireto, fortaleceu-se a compreensão de que o perfil do curso de RI – como no caso da Economia e da Contabilidade – situava-se no âmbito da produção de conhecimento heterotético. Isto é, de um saber interessado e aplicado.

À época vivia-se em um contexto de predomínio absoluto do pensamento neoliberal. Desse modo, os gastos militares passaram a ser vistos como a única forma possível de direcionar investimento à indústria e de se obter algum tipo de orientação do Estado sobre a economia. Tratava-se de perseguir um modelo de desenvolvimento baseado no investimento, mediante a endogenização da tecnologia.

Neste ponto, o processo de criação do curso encontrou-se com o segundo acúmulo histórico. Como referido, o ano de 2006 teve o ponto de inflexão nas relações entre as Forças Armadas, a Universidade e a Indústria de Defesa. Ele se deu em virtude do anúncio da descoberta de petróleo na camada Pré-Sal – em 11 de julho daquele ano. Então, o mundo vivia – e ainda vive – a série de guerras envolvendo a disputa de recursos naturais, principalmente hidrocarbonetos (gás e petróleo). As imagens da primeira guerra digital, do Golfo em 1991, ainda estavam plasmadas na retina de todos quando se deu – sob o pretexto do 11 de setembro – a invasão do Iraque em 2003.

O Pré-Sal equivalia a mais do que um Iraque em reservas de petróleo (140 bilhões de barris no Iraque, para 176 bilhões de barris no Pré-Sal), em águas situadas fora da soberania que o Brasil

exerce com reconhecimento internacional. E que, portanto, exigiam aquiescência da ordem internacional para que, com base na Convenção da ONU sobre os Direitos do Mar, fossem reconhecidas internacionalmente as reivindicações territoriais do Brasil no âmbito do Atlântico Sul.

Ficou evidente que não era mais possível pensar a Política de Defesa em termos puramente reativos, baseada em uma eventual violação de nossa integridade territorial. Do mesmo modo, também se tornou anacrônico o planejamento de Defesa baseado na percepção de ameaças – afinal, qual de nossos vizinhos iria nos ameaçar? Assim, a situação internacional e a descoberta do Pré-Sal trouxeram o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), que associa a Política Externa, a Política de Defesa e o Desenvolvimento.

Foi por isso que à descoberta do Pré-Sal, seguiu-se a iniciativa de defesa mais ambiciosa da história do nosso país. Em um curto intervalo de tempo foi criado o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB (Aprovado pela Lei 11.631/2007 e regulamentado pelo Decreto 6.592/2008), editou-se a Estratégia Nacional de Defesa – END (Decreto 6.703/2008) e foi firmado o Plano de Ação da Parceria Estratégica entre Brasil e França, em 23 de dezembro de 2008. Todos tinham um traço comum, obter a sinergia civil-militar no desenvolvimento industrial.

Este era o ambiente quando do início das aproximações entre a UFRGS e o Comando Militar do Sul. A partir de 2013, ocorreram as primeiras visitas de pesquisadores do CEGOV à 3ª Divisão de Exército (3ª DE) em Santa Maria. Essas missões estabeleceram os termos que comporiam o Memorando de Entendimento entre a UFRGS e o CMS, assinado em 07 de maio de 2015.

A partir do Memorando, a UFRGS e CMS passaram a desenvolver o intercâmbio de recursos técnicos e humanos. Dentre as primeiras ações do Memorando, importa destacar a assistência da UFRGS ao Programa de Racionalização Administrativa da Guarnição de Santa Maria (PRORASAM). A ação consistia na validação a partir do inventário e análise de diretrizes, dos eixos que norteariam a 3ª DE na estruturação do PRORASAM.

Mais tarde, dada a sua comprovada excelência, este Programa veio a integrar o Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA), que norteia o Processo de Modernização e Transformação de todo o Exército Brasileira. Em última instância, tratam-se das respostas às orientações traçadas pela END e pelo SINAMOB.

Desde o início, a cooperação entre UFRGS e CMS foi viabilizada por meios dos esforços do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) do CMS. O NEE foi criado em outubro de 2015, sendo chefiado pelo Cel de Cavalaria Mário Andreuzza. O NEE insere-se em uma estrutura mais ampla do EB, o Centro de Estudos Estratégicos. Esse ecossistema foi concebido para fortalecer as relações da Força com a sociedade brasileira, em especial com as universidades, institutos de pesquisa públicos e privados, e demais órgãos voltados para a produção e difusão de conhecimentos de Defesa Nacional.

E o corpo discente, como incluiu-se nesse processo de confluência?

JMQM — Por intermédio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. No caso do ensino de graduação, basicamente através dos trabalhos de conclusão de curso (TCC). No caso da pós-graduação, *stricto e lato sensu*, por meio de monografias, dissertações e teses. No âmbito da pós-lato, importa destacar, particularmente, o Curso de Especialização EAD em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa, posto que ilustra a parceria CEGOV/UFRGS e NEE/CMS. O curso foi criado em 2017 por Analúcia Danilevicz Pereira, e já está em sua quarta edição. O CMS, desde o início, tem prestado apoio ao curso, inclusive disponibilizando suas instalações para a realização de provas.

No âmbito da Pesquisa, a participação dos estudantes em nível de graduação, se dá nos Salões de Iniciação Científica (voluntários e bolsistas PROPESQ). E por fim, das atividades de Extensão (PROREXT), que propiciam a criação de ambientes de circulação e sociabilidade e promovem a integração civil-militar. Entre as atividades de Extensão, pode-se referir aos

Seminários de Estudos Estratégicos (PPGEEI/UFRGS – NEE/CMS), a Oficina de Estudos Estratégicos e aos Seminários Casas de União. Além, obviamente, do presente curso de Simulação de Combate e Blindados.

Ainda em 2009 – portanto, no ano seguinte da edição dos decretos supracitados – teve lugar a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Gustavo Müller. Ele foi orientado pelo professor Marco Cepik. O tema foi a “Parceria Estratégica Brasil-França: Perspectiva para o Desenvolvimento de Blindados”. Em seu capítulo normativo, Gustavo defende aquilo que era o elemento central na END: a associação entre o incremento de capacidades militares e o desenvolvimento nacional.

Como referido, a manutenção anacrônica do pensamento neoliberal – mesmo durante os governos de esquerda – paradoxalmente, fez com que a produção de meios de destruição se tornassem a única forma de recuperar os meios de produção. Afinal, havia desaparecido da agenda política o projeto nacional. Deste modo, a END tornou-se um instrumento privilegiado – senão exclusivo – de sustentar um debate substantivo sobre a revolução nacional e a integração regional. Neste sentido, importa atentar à compreensão do óbvio: a integração regional não é parte da globalização, mas o único modo eficiente de resistir a ela.

Assim, a END e o SINAMOB continham, simultaneamente, o germe da busca da endogeneidade (industrialização) e da cidadania (distribuição de renda). Ambos as metas seriam perseguidas por intermédio da regionalização. Isto é, da obtenção de escala e escopo, mediante a criação de redes e arranjos produtivos em bases sul-americanas. Como os governos da região, em sua quase totalidade, haviam adotado o Estado mínimo, a Política de Defesa tornou-se, também no âmbito da integração regional, a forma de orientar investimento e endogenização.

Na esfera da Política Externa Brasileira, projetou-se para o âmbito da América do Sul o entendimento expresso na END e no SINAMOB. Isto se deu ainda no ano de 2008, em Sauípe, na

costa da Bahia, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Ele propugnava a progressiva standardização e interoperabilidade entre equipamentos e sistemas utilizados pelos exércitos sul-americanos. Mais que produzir e integrar, gerar emprego e renda, também era preciso proteger.

Acerca da proteção, o Estatuto do CDS, na alínea “j”, artigo 3, Capítulo de Princípios, já explicitava o compromisso com a defesa dos recursos naturais dos países da região. Nesse sentido, o tratado internacional complementava o decreto do SINAMOB (6.592/2008), que no seu parágrafo 1o do artigo 2, qualifica a agressão estrangeira não apenas como a violação a integridade territorial do Brasil, mas também como ameaças ou atos lesivos a nossa soberania. Associava-se desse modo a defesa da Amazônia Verde – e, de resto, via CDS, do *heartland* sul-americano – com a defesa da Amazônia Azul (Pré-Sal).

Cumprir registrar que nosso país se portou à altura da confiança recebida de nossos vizinhos sul-americanos. O Brasil auto incumbiu-se da missão de fornecer proteção à integração. Nessa direção foi planejada a Duplicação da Esquadra da Marinha de Guerra, que ilustra o potencial de investimento e, portanto, reindustrialização e desenvolvimento contido na END.

Mas, como os gastos militares podem promover o desenvolvimento?

JMQM — Mediante a endogenização. Trata-se da aquisição de tecnologias críticas, que Furtado designava como Centro de Decisão Econômica (FURTADO, 1962, p.109-112). Afinal, as empresas brasileiras, no setor de alta tecnologia, possuem pouca capitalização e investimento em P&D. Assim, os Parques de Manutenção do Exército e o Estaleiro da Marinha podem fazer – e frequentemente já o fazem – às vezes de instalações fabris que permitem captar a transferência de tecnologia prevista nas cláusulas de compensação (offset) presentes nos contratos internacionais.

Neste sentido, a END definiu três setores estratégicos para endogenização de tecnologia.

São eles: o nuclear, o espacial e o cibernético. Em 2009, o Ministério da Defesa, por meio da Diretriz 14/2009, definiu que cada Força ficaria responsável por um setor. À Marinha coube o setor nuclear, à Força Aérea o espacial e ao Exército o cibernético. Conquanto os projetos da Marinha e da Força Aérea sejam os mais vultuosos – o Submarino Nuclear (SN-BR) e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) – a base, o fundamento de tudo, é a microeletrônica relacionada ao Exército em função do domínio da cibernética.

Em termos de escala pode-se tomar como referência o TCC de Raul Cavedon Nunes (2013). Ele inventariou que o montante do projeto de Duplicação da Esquadra da Marinha envolveria um investimento de R\$ 9,1 bilhões até 2031 e de R\$ 175, 2 bilhões até 2047 (NUNES, 2013, p. 11 e 62). Tratava-se do equivalente a mais de meio Plano Marshall (59,7%), em valores e câmbio do Real em 2013. Lembrando que o Plano Marshall foi utilizado para reconstruir dezesseis países da Europa no pós-Segunda Guerra. Já o montante da Duplicação Esquadra seria investido apenas no Brasil.

Àquela época (2013), o Brasil já era o quarto construtor naval do mundo – os EUA, o quinto. Mas, isso se devia, sobretudo, ao investimento da Petrobras nas plataformas de petróleo. De sorte que, a Duplicação da Esquadra representaria o ingresso do país também no clube seletivo de construtores de navios. Isto, para um país exportador, tem uma repercussão na economia enquanto um todo.

Mas, o mais importante, é que somente a construção de um Navio Aeródromo (NAe) já envolve repositórios de tecnologias e conhecimentos que sintetizam o centro de decisão econômica da III Revolução Industrial. Apenas para fixar uma imagem, em termos muito breves, basta dizer que o requerido para a construção de um porta-aviões, em termos de tecnologia, é quase equivalente ao de uma nave espacial. Portanto, mais que defesa e desenvolvimento, tratava-se também de projetar o posicionamento brasileiro na corrida espacial ora em curso. Em todo caso, a

Duplicação da Esquadra seria um indicador central da importância da utilização dos gastos militares para transformar o modelo econômico baseado no consumo e na infraestrutura, em outro assentado no investimento e na produção industrial. Em suma, tal dispêndio dotaria o Brasil de capacidades no âmbito da microeletrônica, telecomunicações e, até mesmo, no domínio do espaço sideral.

Ainda sobre o tema da construção naval, no ano seguinte (2014), Camille Remondeau, em TCC orientado pelo professor André Reis da Silva, tratou da Parceria Estratégica Brasil-França. Em sua pesquisa, não apenas ilustrou o potencial daquela cooperação para o domínio da tecnologia nuclear, mas também seu papel para a integração sul-americana. À época, as aquisições de Brasília junto a Paris já haviam projetado a França ao lugar de terceiro maior exportador de armamentos do mundo (REMONDEAU, 2014. p. 26). Colocando em evidência um aspecto ainda pouco explorado dos gastos militares: o emprego dos meios de pagamento para atingir os objetivos maiores da política nacional. Em conjunto, os enfoques de Raul e Camille demonstraram que havia uma completa sinergia entre os gastos militares, o desenvolvimento e o processo de integração sul-americano.

O acordo Brasil-França também incluiu a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1). É este satélite que suscitou a instalação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON). Este tema foi tratado na dissertação de mestrado do Sargento Igor Deodoro Souza Lisboa – orientado pelo professor Eduardo Munhoz Svartman. Igor ingressou no PPGEEI por meio do Edital Especial para Militares com a ajuda do curso preparatório ofertado pelo Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) – fornecido gratuitamente a todos os candidatos.

O curso foi ministrado pela Prof. Dra. Larleianne Piccolli e pelo Prof. Dr. Emilio Jovando Zeca, à época ambos alunos do PPGEEI. Eles tiveram seus esforços reconhecidos, recebendo o Diploma de Colaborador Emérito do Exército. A trajetória do Sgt. Igor constitui-se em exemplo ímpar de

interação civil-militar. Ela foi engendrada pelos mesmos promotores e realizadores do presente Curso de Simulação de Combate e Blindados – NEE/CMS, ISAPE e PPGEEI. Importa ainda destacar que Igor desenvolveu originalmente seu projeto de mestrado na Oficina de Estudos Estratégicos (OEE), atividade de Extensão afeta à FCE.

O que é a Oficina de Estudos Estratégicos?

JMQM — Trata-se de atividade de Extensão universitária, que teve início em 2011. Seu objetivo é o de debater e orientar interessados em Política de Defesa, Relações Internacionais e Integração Regional – já que, na época, esses temas estavam intimamente entrelaçados e articulados entre si. Ao fim, constituiu-se em mais uma iniciativa de integração civil militar, desta feita não apenas entre o corpo discente e o pessoal militar do CMS, mas também com a comunidade externa a ambas instituições.

A Oficina foi concebida com o propósito duplo: enquanto fórum de debate coletivo sobre o Projeto Nacional, a partir dos Estudos Estratégicos, também como atividade promotora da autonomia intelectual e do desenvolvimento profissional dos participantes. Ao longo de suas dez edições, esses objetivos tiveram um efeito inclusivo, ainda que modesto, ao permitir que pessoas oriundas de cursos de graduação de universidades particulares, ou o pessoal militar do CMS pudessem elaborar projetos de dissertação e tese, e concorrer em cursos de pós-graduação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e também no próprio Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI). Este último, desde 2017, estabeleceu edital especial para possibilitar a ampliação do ingresso de pessoal militar da ativa, também no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Além disso, valeu-se da Oficina enquanto laboratório: um experimento de realização de Jogos de Simulação Inferencial. Buscava-se uma ferramenta pedagógica para o estudo da guerra no curso de Relações Internacionais. Para tanto, contou-se, além do CMS, que é o parceiro externo da FCE/UFRGS na atividade, com a colaboração do coronel da reserva Heraldo Makrakis. Também, hoje doutorando do PPGEEL. Os Jogos de Simulação Inferencial podem ser relacionados com o atual curso de Simulação de Combate e Blindados. Afinal, ambos procuram criar representações da realidade para reconhecer padrões e construir modelos analíticos.

Assim, procurou-se desenvolver uma proposta pedagógica que pudesse valer-se do elemento lúdico – associada a qualquer tipo de jogo –, ao aprendizado dos Estudos Estratégicos. Nesse sentido, procurou-se materializar na prática de jogos inferenciais de tabuleiro questões práticas de Segurança Internacional – como o caso do Mar do Sul da China (MSC). Deste modo, criando ambientações que permitem relacionar os jogos, os Estudos Estratégicos, e os temas caros às Relações Internacionais.

Há, ainda, um longo caminho a ser percorrido. O principal desafio, no âmbito do ensino de graduação, é o de desenvolver uma versão compacta de jogo de simulação inferencial que possa ser utilizada em sala de aula. De modo que a atividade não ocupe todo o horário disponível e que se possa desenvolver outros conteúdos na mesma unidade.

De onde veio a ideia de fazer o Curso de Simulação de Combate e Blindados?

JMQM — É fruto dos instrumentos de cooperação estabelecidos entre a UFRGS e o Exército Brasileiro (EB). Dois deles foram firmados diretamente com o Comando Militar do Sul (CMS). E, outro foi firmado

diretamente com o Comando do Exército, através do Departamento de Ensino e Cultura.

A UFRGS e o CMS firmaram em 2015 um Memorando de Entendimento (EME – 1303500/2015), assinado pelo então Reitor da UFRGS, Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto e o então Comandante Militar do Sul, Gen. Ex. Antônio Hamilton Mourão. Como consequência lógica e legal deste primeiro instrumento, foi estabelecido em 2020, o Acordo de Cooperação UFRGS-CMS (19-CMS-008-00/2020), assinado entre o então Reitor da UFRGS, Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann e o então Comandante Militar do Sul, o já falecido, Gen. Ex. Geraldo Antônio Miotto.

No âmbito do Comando do Exército, foi assinado em 2016, entre o CEGOV/UFRGS e a Diretoria de Educação Superior Militar, um Acordo de Cooperação (EME 1505400/2016). Este instrumento tinha como executores, da parte da UFRGS, o Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo (CEGOV), e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEL), e da parte do Exército, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM).

Da parte da UFRGS e do CMS, o Memorando e o Acordo facultam toda uma gama de atividades de intercâmbio e cooperação que podem ser realizadas em conjunto entre as duas instituições federais. Naturalmente, cada qual com prerrogativa equânime de proposição. Assim, cada parte ofertou uma atividade. O NEE/CMS, o Curso de Simulação de Combate e Blindados. E o PPGEEL/UFRGS, os Seminários de Estudos Estratégicos.

O Curso de Simulação de Combate e Blindados é oferecido desde 2018, pelo NEE no âmbito da UFRGS, e pelo PPGEEL da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) – cujo Diretor na época era o Prof. Dr. Carlos Henrique Horn. Ao longo de suas primeiras três edições, teve como coordenador

acadêmico o Prof. Dr. Érico Esteves Duarte, que estruturou o conteúdo pedagógico da atividade. Em 2018 e 2019, o curso foi realizado na modalidade presencial. Por isso, foi possível o deslocamento de alunos e demais participantes até a cidade de Santa Maria, para visitas ao Centro de Instrução de Blindados (CI Bld), a Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFSM (AGITEC), e ao Centro de Adestramento Sul (CA-Sul), o que permitiu o contato direto com os simuladores.

Mais que a interação com a tecnologia ou os sistemas, o que realmente importa – espera-se retomar o formato presencial tão logo possível – é o processo de sociabilidade. Ter a oportunidade de convivência, ainda que mínima, com o pessoal do Exército que integra a Elite do Combate Convencional – a 3ª DE, subordinada ao CMS. Trata-se de suscitar o acesso a um tipo de saber relacionado à vida vivida, que compõem o universo das relações humanas e permite formar uma imagem do pessoal militar tal como é; vislumbrando a grandeza da servidão militar. Entender a escolha daqueles que, voluntariamente, sujeitam-se em tempo integral a dedicar-se ao serviço da pátria. Em suma, uma oportunidade de obter conhecimento pessoal próprio sobre os militares, para além dos estereótipos e das paixões político-ideológicas.

Da parte do CEGOV/UFRGS e do PPGEI, a principal atividade proposta ao CMS, efetuada no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas, foram os Seminários de Estudos Estratégicos, realizados bianualmente (2016, 2018 e 2020). Em sua versão original, congregavam o Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), o Seminário de Estudos Estratégicos do Comando Militar do Sul e os Seminários Casas de União. Em 2020, todos esses seminários nacionais foram congregados em evento único, que recebeu

o nome simplificado de Seminário de Estudos Estratégicos.

O que foram os Seminários Casas de União?

JMQM — Os Seminários Casas de União foram cinco encontros nacionais que se deram entre 2013 e 2018. Realizados pelo Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). Promovidos pela Escola da Advocacia-Geral da União (RS e SC), o CEGOV/UFRGS, e a ECEME. Contaram com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS e da Faculdade de Ciências Econômicas. Isto para mencionar-se apenas os que participaram de todas as edições do evento.

Tratava-se de criar uma forma de executar o Art. 241 da Constituição Federal (CF/88), que prevê a possibilidade da Gestão Associada. A ideia era que as Casas de União se constituíssem em um consórcio público-público (regulados pela Lei 11.107/2005), de modo a operar serviços públicos ou incubar consórcios com finalidades específicas. As Casas de União eram uma forma de perseguir, simultaneamente, a economicidade e a efetividade nas políticas públicas. Incrementa-se a presença do Estado, compartilhando custos de infraestrutura entre os entes federados, assim contornando a duplicidade de meios para a execução das obrigações comuns previstas no Art. 23 da CF/88. E, ao mesmo tempo, atendendo ao disposto no caput do Art. 1 da CF/88, que consagra o federalismo – o autogoverno – como cláusula pétrea.

A ideia original das Casas de União deveu-se à experiência de Maria da Graça Hahn no cargo de procuradora-chefe da Fazenda Nacional, em Santa Catarina. À época, a Justiça Federal havia multiplicado suas varas e o orçamento do Executivo não permitia criar seccionais da Fazenda para acompanhar o ritmo do Poder Judiciário. Assim, recorreu-se a convênios com a própria

Justiça Federal e os municípios, de sorte a permitir a instalação de procuradorias seccionais mesmo sem contar com instalação predial própria. O mesmo se aplicava a materiais de consumo ou funcionários – igualmente eram oferecidos pelos próprios municípios.

Desta estrutura compartilhada adveio a ideia das Casas de União como órgão executor da Gestão Associada (Art. 241 CF/88). Os óbices daí advindos levaram a formulação de uma nova função: de que elas pudessem servir também como incubadora de consórcios. Desse modo, concebia-se uma dupla finalidade, tanto a de órgão executor de políticas relacionadas a execução da cooperação interfederativa, como a de construção de novos consórcios. Daí a temática dos cinco seminários de Casas de União: (i) Regiões de fronteira; (ii) Políticas Públicas e Centros Urbanos; (iii) Consórcios e convênios na reforma do Estado; (iv) Consórcios e convênios nos arranjos produtivos locais e (v) as Questões Nacionais e a Agenda de Defesa – os dois últimos realizados já integrados aos Seminários de Estudos Estratégicos, promovidos pelo PPGEI/UFRGS e o NEE/CMS.

A atividade de Extensão materializou-se em pesquisa. O Cel. Alessandro Souza de Salles – aluno ingresso no Edital Especial do PPGEI, dissertou sobre o “Consórcio público: instrumento de capacidade estatal”. O autor viu nos consórcios a possibilidade da criação de arranjos institucionais híbridos que envolvessem, de diferentes formas, os entes federados, o setor privado e o terceiro setor. Através destes consórcios, seria possível aliar a Gestão Associada de recursos técnicos e financeiros à implementação de políticas estratégicas do Estado, dirigidas a reindustrialização e ao desenvolvimento da BID. Trata-se da possibilidade de, ao mesmo tempo em que se faz frente ao problema fiscal e tributário, gerar emprego, renda e capacidades industriais.

O trabalho do Cel. Salles teve continuidade no trabalho do Maj. Jean-Pier Esquia – atualmente, Assessor Especial de Projetos da Diretoria de Material, em exercício na cidade de Santa Maria. Mais uma vez a Extensão produziu resultados na Pesquisa. O Major Jean-Pier destacou-se como expositor de diversos temas na OEE, e auxiliou ativamente na orientação dos trabalhos de militares e civis. Ingresso no concurso regular do PPGEI em 2017, Jean-Pier valeu-se de sua palestra proferida no V Seminário Casas de União – no âmbito do II Seminário de Estudos Estratégicos – para o ajuste do projeto e a redação da tese. Ela teve como tema principal a obtenção, a manutenção e o papel dos consórcios na implementação da Tríplice Hélice. Esta última prevista na Portaria 701/2016 Cmt-Ex, que instituiu o Sistema de Defesa, Indústria e Academia de Inovação (SisDIA). O SisDIA procura implementar uma interação regular e permanente entre a Universidade, o Exército e o Setor Privado.

Para que serve uma simulação de combate, academicamente falando?

JMQM — Aqui importa retomar a proposta pedagógica da criação do curso e do ensino de RI na FCE/UFRGS, bem como reconhecer as dimensões da preparação militar (educação e obtenção). O curso de RI foi estruturado para que suas três áreas – Economia Política, PEB e Segurança – se integrassem dinamicamente. Assim, conquanto os TCCs, Dissertações e Teses possam ter ênfase em uma dessas áreas, pelo que se sabe, a ideia original é que esses campos do conhecimento, mesmo que em graus variados, integrassem um esforço intelectual coletivo. Isto significa que, implicitamente, se considera que a realidade é um todo interconectado, onde a Política, a Economia e a Segurança constituem os

diferentes aspectos que integram o universo das Relações Internacionais.

A Simulação importa porque situa a preparação militar em um umbral epocal: o contexto da III Revolução Industrial. Agendando, desse modo, a necessidade da posse do centro de decisão econômica da microeletrônica, e propiciando a compreensão da interconexão entre a preparação militar, o desenvolvimento e a política externa.

Cumpra saber que a Simulação se tornou uma ferramenta extremamente relevante e utilizada por diversos países para a preparação militar em diferentes níveis. O computador e a rede tornaram-se centrais na guerra, desde o advento da transição tecnológica da Segunda para Terceira Revolução Industrial – que abriu a Era da Digitalização. Por este percurso, a realidade virtual – na qual se insere a Simulação –, bem como outros recursos suscitados pelo uso do computador e da rede – e.g. consciência de situação – impactam a distribuição de poder no sistema internacional.

A Simulação de Combate importa para a preparação militar. Esta última pode ser subdividida em dois ramos: a Educação e a Obtenção. Na primeira, inclui-se: (i) a educação propriamente dita; (ii) a instrução; e (iii) o adestramento militar. De seu turno, a Obtenção diz respeito a aquisição de sistemas de armas. E, por este percurso, a aquisição de tecnologias, mediante sua endogenização. Sendo assim, a Simulação é o vértice que relaciona as duas faces do preparo: a educação militar e obtenção. Esta última faculta a aquisição de capacitação tecnológica no âmbito da digitalização.

Afinal, o domínio da cibernética é desenvolvido pelo Exército em todos seus ramos – comunicação, informação e robótica. Isto impacta as capacidades desde o nível estratégico, passando pelo operacional, chegando aos níveis tático e técnico.

Em suma, eleva a capacidade de combate da Força enquanto um todo e em todos os seus níveis. No âmbito da educação vale-se de ambientes de realidade virtual, onde, através da Simulação, se efetua a instrução e o adestramento. Isto se dá desde o nível individual (procedimentos), passando pelo de pequenas unidades (nível tático e técnico), até chegar-se ao preparo de comandantes para efeitos das grandes operações militares. E, desse modo, permite projetar a própria conduta da guerra (níveis operacional e estratégico).

Além disso, a Simulação é uma tecnologia de uso dual, de emprego civil e militar. A integração de simuladores e emprego de simulação distribuída utiliza tecnologias duais e plataformas desenvolvidas também para emprego não militar. Esse intercâmbio de conhecimento e as relações civis-militares envolvidas na equação têm impacto real tanto no âmbito do Planejamento Estratégico e da Doutrina Militar, como na Base Industrial de Defesa brasileira.

Aqui cumpre referir o trabalho de Frederico Bertol sobre comando e controle na digitalização, um estudo feito com base na Modelagem Computacional Baseada em Agentes – orientado pelo professor Marco Cepik. Evidentemente, o computador e a rede trouxeram – como o motor à explosão na época da Segunda Revolução Industrial – uma modificação do modo de fazer a guerra. O que ensejou uma alteração do perfil e da organização das Forças.

Foi justamente a Digitalização o fator que assombrou o mundo na Guerra do Iraque de 1991, e permitiu a vitória fulminante, que conduziu a tomada de Bagdá e a ocupação de todo país, em 2003. Os tanquistas estadunidenses foram treinados, utilizando ferramentas e técnicas de simulação, na Divisão de Treinamento do Exército dos EUA, localizada em Fort Knox. Assim, desde

1991, exércitos de todo o mundo tem procurado familiarizar-se com os impactos da digitalização, quer na esfera do preparo ou do emprego. O Brasil não foi diferente.

Aqui, a história da modernização e transformação militar do nosso país se associa à trajetória dos indivíduos e, por este percurso, com o próprio curso de Simulação de Combate e Blindados. O Coronel de Cavalaria Antônio Augusto Brisolla de Moura, ora Chefe do NEE/CMS – principal promotor do curso – foi um dos oficiais pioneiros na área de simulação no EB. No período 1998-1999, ele chefiou a Seção de Simulação e Jogos de Guerra do Comando de Operações Terrestres (COTER).

Nesse sentido cumpre destacar que desde 1996, o Centro de Instrução de Blindados (CI Bld) e o Centro de Adestramento Sul (CA-Sul), localizados em Santa Maria/RS, buscavam constituir-se em versões de Fort Knox – evidentemente mais modestas, visto as condições orçamentárias brasileiras. Nessas OMs, se dá a certificação das tripulações de carros de combate brasileiros, que ocupam lugar central na guerra convencional.

A visão abrangente do curso de Simulação de Combate e Blindados, bem como dos diversos aspectos particulares que o informam, é fundamental para a compreensão de sua importância e mensuração de seus benefícios. No que tange à relação de ensino e aprendizagem, é preciso um entendimento, ainda que mínimo, sobre o nível tático e técnico para a análise de RI. Neste sentido importa entender que o tanque continua sendo a arma de decisão na guerra terrestre. De modo análogo à função cumprida pelo porta-aviões na guerra de superfície, pelo submarino na guerra subaquática, e pela aviação de caça na guerra aérea. Em que pese todo o avanço tecnológico – na artilharia; nas armas lançadas do ar; e mesmo o advento de drones – a

função do Carro de Combate Principal permanece inalterada (CHECHELISKI, MARTINS, RODRIGUES, 2018).

A esse respeito, cumpre referir mais uma vez a produção intelectual do corpo discente. No ano de 2017, Valeska Ferrazza Monteiro foi agraciada pelo CI Bld com o Diploma de Honra ao Mérito por seu TCC, intitulado “Carro de Combate Principal: Estudo Introdutório sobre sua Origem e Função”. Anteriormente, o mesmo tema havia sido apresentado no Salão de Iniciação Científica da UFRGS, recebendo o destaque em sua sessão e a indicação ao Prêmio Jovem Pesquisador.

Assim, um curso de Simulação de Combate e Blindados, além de suscitar o entendimento sobre diversos dos aspectos da Batalha Aeroterrestre, trata do carro de combate principal – uma oferta rara de um repositório de conhecimentos necessário. Isto fica ainda mais evidente quando se considera o belíssimo aporte dado ao curso pela participação da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira, o que ampliou ainda mais os horizontes da atividade. Isto permite ter uma compreensão da guerra em rede enquanto um todo.

Qual é o tipo de conhecimento que o participante desenvolve no curso?

JMQM — Esta questão remete à reflexão sobre a função social da educação. O Acordo de Cooperação UFRGS-CMS não remete apenas à inovação – embora a participação da Universidade nesse quesito seja crucial – mas também a capacitação de recursos humanos. E esta é uma via de mão dupla. Trata-se de fornecer ao pessoal militar recursos de ensino no âmbito da Pós Graduação lato sensu, da Extensão e da Pesquisa. E, igualmente, permitir aos estudantes de Relações Internacionais e demais interessados civis, a aquisição de repositórios de conhecimento envolvendo noções de preparo e emprego militar.

Assim, o curso é parte de uma interação mais ampla onde procura-se não apenas desfazer preconceitos, mas propiciar ambientes e interfaces que produzam um ethos de interação civil-militar. Acerca disso, recomenda-se fortemente o artigo do professor Paulo Visentini e Guilherme Thudium – presidente do ISAPE e doutor recém-egresso do PPGEEI –, acerca da construção do pensamento de defesa na academia brasileira (VISENTINI; THUDIUM, 2019). Ele tem como foco, justamente, o estudo de caso da parceria entre o NERINT/UFRGS e o NEE/CMS.

O curso de Simulação de Combate e Blindados é parte de uma proposta educacional mais ampla, que envolve a compreensão da guerra não como mero fenômeno tático e técnico, mas histórico, político e social. Importa lembrar que a contrapartida ao curso de Simulação de Combate ofertada pela UFRGS são os Seminários de Estudos Estratégicos. Já em sua quarta edição, eles permitem ao pessoal militar ambientar-se com Teoria de Relações Internacionais.

Vale dizer – adentrando em termos de conteúdo – que nenhum Estado sozinho, por mais poderoso que seja, consegue governar o Sistema Internacional. Que os países não “escolhem” serem ditaduras ou democracias. Que isso está relacionado, como leciona a Economia Política, à busca do desenvolvimento. Por fim, a decorrência disso na diplomacia e nas alianças; as barganhas diplomáticas e pragmáticas que todo país se vê sujeito a fazer para maximizar sua Política Externa para seus próprios fins de desenvolvimento. E, aqui, não cabe o uso de um caleidoscópio ideológico para decompor a realidade. O que contam são os interesses.

Da parte dos estudantes civis, sejam eles de Relações Internacionais, Ciência Política ou outras áreas, importa entender os constrangimentos relacionados à estratégia – isto é, ao emprego da

força para perseguir os objetivos de política nacional. Embora com justa razão nos orgulhemos das tradições políticas e militares pacíficas de nosso país, o fato é que outros Estados não recusam quaisquer que sejam os meios, desde que possam colimar seus fins de política externa. Do mesmo modo, importa para análise do Sistema Internacional – sobretudo da polaridade – compreender como se dá o emprego da Força. Aqui entram os aspectos operacionais e logísticos. Mais que o mero inventário quantitativo e qualitativo, a distribuição de poder internacional depende da forma como as forças são capazes de conduzir operações militares – e aí importam o terreno e os recursos disponíveis in situ. Isto permite formar categorias mais elaboradas para avaliar-se a distribuição de poder internacional, caso das Zonas Contestadas de Barry Posen. Elas foram revisitadas pelo então bacharelado Guilherme Simionato dos Santos, que destacou a importância da inexpugnabilidade para o conceito de Grande Potência (SIMIONATO DOS SANTOS, 2015) – enfoque que não apenas enriquece os Estudos Estratégicos, mas lança luz sobre a própria compreensão das Relações Internacionais.

Por fim, importa uma alfabetização elementar, básica, acerca de como se dá o combate, e do concurso dos sistemas de armas. Os elementos de tática e técnica retroalimentam o nível político e estratégico e, portanto – por este percurso remoto e indireto – incidem também sobre a distribuição de poder internacional.

O curso de simulação perpassa todos esses níveis, desde o político e estratégico, passando pelo operacional, o tático e o técnico. Neste sentido, constituiu-se em uma ferramenta preciosa e imprescindível para que analistas e civis, e mesmo o público em geral, tenha uma noção ampla e qualificada – dado que ministrado por profissionais

gabaritados – da conduta da guerra no estado da arte nos dias de hoje.

O mero rol de palestrantes deve ser suficiente para ilustrar que, conquanto denomine-se “Simulação de Combate e Blindados”, o curso tacitamente inclui subsídios importantes para a Obtenção. Cria um sistema de referências mínimo para que se possa compreender os parâmetros utilizados para redigir memoriais descritivos, ou elaborar-se projetos de obtenção. E, estes últimos, podem envolver licitações internacionais de sistemas de armas. O que, como referido acima, é fonte de obtenção de tecnologia, crucial para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado em investimento.

Os projetos originados da END, do SINAMOB e do Acordo Militar Brasil-França estão em andamento?

JMQM — É difícil dizer. Do que se sabe, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas permanecem em andamento, ainda que sob graves restrições orçamentárias. A Duplicação da Esquadra foi cancelada ainda por Dilma Rousseff. Michel Temer apoiou a suspensão da Venezuela do MERCOSUL e encaminhou a saída do Brasil da UNASUL. Já Jair Bolsonaro a substituiu por uma espécie de ação entre amigos – a iniciativa PROSUL – que, de qualquer modo, não mantém nem remotamente os compromissos originais da UNASUL.

Fecharam-se portas, mas abriram-se janelas. A despeito dos percalços, a modernização e a transformação militar continuam. Desta feita, com destaque para as obtenções da Força Terrestre. Em 2014, o Exército Brasileiro firmou com o governo dos EUA uma Carta de Oferta e Aceitação para a aquisição e modernização do Obuseiro M109. Sendo o contrato adjudicado pelo Governo

Brasileiro em 2016. A frota de 40 M109 A5 foi adquirida através da Foreign Military Sales (FMS) e incluiu a modernização de 36 deles pela BAE Systems Land & Armaments LP. No contrato estão inseridas cláusulas de treinamento e de garantia de fornecimento de peças de reposição (FLÔRES, 2020, p.125). Também foi estabelecido, posteriormente, contrato de aquisição de 60 viaturas M109 A5 que estão sendo modernizadas no Parque Regional de Manutenção da 5a Região Militar.

Igualmente estão em andamento duas novas chamadas públicas visando modernizações na frota blindada: A “Diretriz de iniciação do Projeto de obtenção da Viatura Blindada de Combate Cavalaria” que busca obter, até 2026, um máximo de 221 VBC Cav 8x8, com um calibre de no mínimo 105 mm (Portaria no 275 – EME, de 11 de dezembro de 2020); e a “Diretriz de Iniciação do Projeto de Modernização da Viatura Blindada de reconhecimento VBR EE-9 CASCAVEL” (Portaria na 274 – EME/C Ex, de 23 de novembro de 2020) que visa modernizar este blindado brasileiro originalmente projetado pela Engesa.

O já referido trabalho de Jean-Pier Esquia (2021) trata da interface entre essas obtenções recentes do EB e o desenvolvimento da BID, através da Manutenção Modificadora e da Revisão de Meia Vida. A tese de Esquia procura estabelecer parâmetros normativos para o esboço da estruturação de um complexo acadêmico-militar-industrial, ao menos no âmbito da interface com a Força Terrestre. Mas, cumpre salientar que, uma vez que se estabeleça uma rotina funcional e regular entre os três elementos da Tríplice Hélice – Universidade, Forças Armadas e Empresas – no âmbito de qualquer das Forças, ela poderá rapidamente ser replicada para as demais. Esforços nesta direção indicam que permanecem em aberto as possibilidades de valer-se dos gastos

militares para criação de um modelo de desenvolvimento baseado no investimento. Afinal, como referido anteriormente, coube ao Exército a endogeneidade da cibernética. E a microeletrônica, que é a base desta, é também o fundamento da captura do Centro de Decisão Econômica para efeitos da III Revolução Industrial. Por outro lado, há que se reconhecer os percalços. O abandono do projeto nacional por parte das elites civis conduziu a uma banalização da agenda política. As políticas de desenvolvimento e industrialização perderam prioridade ainda à época dos governos de esquerda. Mais do que um problema de política econômica, abriu-se um espaço para que se instalasse um problema moral. Sem o componente nacional, a grandeza e o épico desaparecem do discurso político dos dirigentes. As metas expressas pelo CDS e a END foram publicizadas, mas jamais propagandeadas. O conhecimento acerca do ideal de construção de potência tornou-se prerrogativa de uns poucos. O discurso da diplomacia permaneceu encapsulado, não se ousou compartilhar o empreendimento épico da integração sul-americana com a população brasileira.

Ao fim, a esquerda conseguiu o que pretendia: o aumento da participação política. Só que essa se deu às suas próprias expensas. Introduzidos na política pela banalidade, os que antes permaneciam à margem dela, apoiaram a direita populista. Mais que isso, o rechaço ao próprio sistema político e até mesmo às instituições de Estado. Somou-se a isso a utilização de novas mídias: as redes sociais permitiram a associação de dois componentes até então autoexcludentes, o sectarismo do espírito de grupo com o comportamento de multidão característico da turba. O debate político ficou reduzido à troca de injúrias, quando não à ofensa e coerção.

Naturalmente, fora do Brasil acompanhava-se aquilo que os brasileiros ignoravam: a ascensão de nosso país à condição de ator global reconhecido e respeitado. Evidentemente, a criação de uma zona de influência exclusiva do Brasil – materializada na UNASUL – e o ambicioso reaparelhamento das Forças Armadas nos termos expressos pela END e LBDN, tampouco passaram despercebidos. Os casos de espionagem veiculados pela imprensa são um claro indicador nessa direção. A mídia publicizou a espionagem contra a Petrobrás (Pré-Sal), e à Presidência da República. No caso do processo de condenação de Lula, a participação de agências de contra inteligência estrangeira (FBI) tornou-se pública, sem sequer ser contestada. Esta sucessão de eventos conformam uma regularidade. O que nos força a conjecturar se outras agências não teriam também participado desse processo.

Neste caso, valendo-se dos robôs nas redes sociais, com o propósito de agendar a mídia tradicional e conduzir a opinião pública à polarização. O expediente invariavelmente era sempre o mesmo: identificar a esquerda a corrupção e a direita ao fascismo. Em qualquer dos casos, valer-se desses estereótipos para desumanizar o oponente, produzindo clima propício a confrontação. De sorte que, mesmo antes de ser assolado pela pandemia, éramos um país que se encontrava dividido e fragilizado. Esta é a razão principal pela qual o fortalecimento do Estado Democrático de Direito passa não apenas pelas instituições políticas, mas também pelo fortalecimento das instituições do Estado – caso da Universidade e das Forças Armadas.

Quer como funcionários públicos, ou como educadores, temos que tomar a nós a tarefa não apenas de lidar com os efeitos da crise, mas também de fazer frente a sua causa principal: o abandono do projeto nacional. Enquanto

funcionários públicos, com constância, disciplina e temperança, aumentar a resiliência das instituições de Estado, recuperando a grandiosidade da política. Na função de educadores, cumpre resgatar o papel da mediação na transmissão do saber; do educador enquanto mediador. Afinal, a educação é universal, para todos; não apenas para aqueles com os quais compartilhamos opiniões. Em suma, os desafios que se impõem requerem esforços para promover a emancipação por meio da difusão do conhecimento – que inclui não apenas o saber formal, mas também as experiências da vida vivida.

O Brasil precisa fazer isso não apenas por seu povo, mas pela própria humanidade: a civilização encontra-se em um limiar. Temos cinco grandes transições em curso, cujo potencial em termos de oportunidades ou desagregação dificilmente poderá ser exagerado. Trata-se da transição: (i) demográfica; (ii) climática; (iii) da matriz energética; (iv) tecnológica; e (v) da territorialização do capitalismo histórico. Cada uma delas teria, por si só, alcance e potencial para abalar os alicerces da civilização. Mas, por outro lado, também suscita a possibilidade de um mundo multicivilizacional.

Quanto a reterritorialização do Capitalismo Histórico sua causa profunda é a Transição Tecnológica. Ela se manifesta no avanço da automação e das telecomunicações – Internet das Coisas e padrão 5G/6G – que criam demandas de controle territorial em torno do acesso às matérias primas e mercados. Esta lógica induz os Estados a reproduzir padrões de comportamentos características do final do século XIX e que foram dominantes durante quase todo século XX: a proteção de mercados e a intervenção do Estado na economia.

A primeira globalização foi caracterizada principalmente pelo livre comércio e, portanto, pelo predomínio de vantagens comparativas. Em função disso estruturou-se uma cadeia de suprimentos mundial (*Supply Chain*). A segunda globalização será caracterizada pela proteção à indústria, investimento em infraestrutura e vantagens competitivas. Isto, forçosamente, desorganizará a *Supply Chain* mundial. Como é impossível refazê-la em bases nacionais, ela terá de ser refeita em bases regionais – esta é a agenda que os EUA levaram para a 47ª reunião de cúpula do G7, ocorrida entre os dias 11 e 13 de junho de 2021.

Contudo – como se evidenciará ao devido tempo – é impossível converter todo hemisfério ocidental a um único processo de integração. A Europa e o Brasil não suportariam, pois teriam de custear a reindustrialização dos EUA com sua própria desindustrialização – o que estas sociedades não são capazes de suportar, portanto não o farão.

Esta é a disputa central, o desafio, contido nesta segunda globalização: organizar cadeias produtivas regionais. Nesse sentido, a integração sul-americana pode significar mais do que um ajuste para permitir o exercício da soberania e da cidadania; o desenvolvimento, a geração de emprego e renda. Trata-se da possibilidade do advento, do que em conteúdo, seria uma civilização brasileira – qualquer que possa ser sua denominação futura. Um modo próprio, brasileiro, de administrar a Economia, a vida pública, e a Cultura simbólica e material.

Todavia, a aparência da reterritorialização mais oculta, que revela, o fundamento de seu conteúdo. Ela assume a feição de uma disputa entre as Grandes Potências (EUA, China, Rússia) pelo predomínio da influência em âmbito mundial. Este processo traz consigo três cenários: (i) a recomposição hegemônica pacífica; (ii) a

recomposição mediante guerra(s) local(is); (iii) a guerra central regionalizada ou clássica. Qualquer que seja o caso, trata-se de uma disputa de longo prazo, onde a intensidade da polarização só se reduzirá quando a *Supply Chain* mundial tiver sido reorganizada em bases regionais.

Mas não é apenas o território, a escala e o escopo, que constroem o paradoxo da economia nacional ter de ser pensada, e projetada em bases regionais. A primeira globalização arruinou as economias nacionais e as privatizações desconstruíram o setor estatal da economia. Por sua vez, o modelo de crescimento econômico baseado no consumo, paradoxalmente associado a austeridade fiscal, induziu a juros altos: mesmo com as privatizações, os Estados se endividaram. Assim o elemento característico que uniu a proteção de mercados e a intervenção do Estado nos períodos anteriores, o Capitalismo Monopolista de Estado (CME), já não pode mais ser reproduzido, inexistem condições de financiamento para tanto.

Desse modo, a economia precisa recorrer à criatividade. O Sujeito precisa organizar a ação econômica através de consórcios que envolvam arranjos híbridos de geometria variável, que permitam congrega governos municipais e estaduais, associações comunitárias e categorias organizadas, civis e militares. De sorte que se possa estabelecer um processo de gestão política sobre a economia, sem ter a pretensão de se refazer o CME. Trata-se de um enfoque ecumênico. Liberais podem vê-lo como a expressão do empreendedorismo. Socialistas, como a confirmação do associativismo. O que importa é que se seja capaz de produzir uma base de consenso em torno do projeto nacional – as polaridades não se desfazem sozinhas, mas apenas quando são agendadas novas questões, capazes de desconstruir os polos originais.

Em suma, estamos diante de um limiar civilizacional. A perspectiva de limiar – como dilemas e desafios que se impõem aos indivíduos e a coletividade – estabelece a centralidade do Sujeito no processo histórico. Afinal, o posicionamento do Sujeito envolve não apenas a racionalidade e a consciência. Mas também, inclui a ação ponderada, prudente, porém decidida e constante. Em momentos como esse, a Ontologia do Ser Social passa a repousar no Sujeito. Tanto em termos cognitivos, quanto históricos. Mais que salvar o presente, é preciso construir o futuro, enquanto se reconstrói o passado. Daí advém o significado moral e econômico da integração civil-militar. Afinal, como já dizia Joaquim Nabuco, “o verdadeiro patriotismo é o que concilia a pátria com a humanidade”.

Para quem o curso é destinado? Ele também é aberto ao público externo e gratuito?

JMQM — O curso é destinado ao público civil e militar, alunos de graduação e pós-graduação, professores e membros da comunidade em geral. O público-alvo civil é específico, e consiste em estudantes e pesquisadores das áreas de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Segurança e Defesa (S&D) e Informática.

A participação no curso é gratuita. O participante, caso deseje, deve arcar apenas com o custo do certificado, emitido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

Assim como nas duas edições anteriores o curso será realizado na modalidade EaD. Para isso tem sido decisivo o apoio do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégica (ISAPE), associação de professores e alunos de RI – e como tal, de direito privado e sem fins lucrativos – que é voltada a pesquisa em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Em que pese a ausência do atrativo da excursão ao CI Bld e ao CA-Sul, característicos do curso presencial, houve uma adesão massiva ao curso na modalidade on-line. Em 2020, foram 834 inscritos, entre civis e militares, localizados em todo o Brasil e exterior. Em 2021, foram 970. Mesmo com o grande número de inscritos, a edição foi concluída satisfatoriamente, e considerada um sucesso por parte das entidades que promoveram, realizaram e apoiaram o evento.

Entrevistadora: Tatianny Lukrafka

Referências

BERTOL, Frederico Licks. **Comando e controle no contexto da digitalização: um estudo com base em modelagem computacional**. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183283>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf> Acesso em 21 de Junho de 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf> Acesso em: 21 de Junho de 2021. p.68

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. **Portaria – EME/C Ex Nº 275, de 11 de dezembro de 2020**. Aprova a Diretriz de Iniciação do Projeto de Obtenção da Viatura Blindada de Combate de Cavalaria (EB20-D-08.004) e dá outras providências. Brasília. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. **Portaria nº EME/C Ex Nº 274, de 11 de dezembro de 2020**. Aprova a Diretriz de Iniciação do Projeto de Modernização da Viatura Blindada de Reconhecimento EE-9 Cascavel e cria a equipe para a realização do Estudo de Viabilidade e elaboração da Proposta do Modelo de Obtenção para o Projeto (EB20-D-04.003). Brasília. 2020.

CHECHELISKI, MARTINS, RODRIGUES. **A transformação militar e o carro de combate: consequências para a tecnologia de emprego terrestre**. Revista Conjuntura Austral: Porto Alegre, v.9,n.45,2018.p.14-27. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/71221/48660> > Acesso: 29 de Julho,2021.

ESQUIA, Jean-Pier. **Indústria nacional de defesa: Oportunidades a partir da manutenção e da obtenção durante o ciclo de vida dos sistemas e materiais de emprego militar**. Porto Alegre,: UFRGS, 2021. p.100

FLÔRES, Fabrício. **O obuseiro autopropulsado M109A5+BR no Brasil: possíveis impactos doutrinários**. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/209903>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura, 1962.

LISBOA, Igor Deodoro Sousa. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): perspectivas para segurança na faixa de fronteira do paraná. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/209934>. Acesso em: 24 jun. 2021.**

MONTEIRO, Valeska Ferrazza. **Carro de combate principal: estudo introdutório sobre sua origem e**

função. 2017. 116 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187523>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MULLER, Gustavo G. **Parceria Estratégica Brasil-França: Perspectiva para o Desenvolvimento de Blindados.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

NUNES, Raul Cavedon. **O Papel da Reestruturação da Marinha e da Indústria Naval na Política Externa e de Segurança do Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS). Porto Alegre, 2013. p.77

REMONDEAU, Camille Regina Jacqueline. **Parceria estratégica Brasil – França: a construção do submarino nuclear brasileiro.** 2014. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116318>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SALLES, Alexsandro Souza de. **Consórcio público: instrumento de capacidade estatal.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204673>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Seminário de Estudos Estratégicos 2018: Anais do evento. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/eventos-estudosestrategicos/anais-do-evento-2018> > Acesso em: 24 de Junho de 2021.

Seminário de Estudos Estratégicos 2016: Anais do evento. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/eventos-estudosestrategicos/anais-do-evento-2016> > Acesso em: 24 de Junho de 2021.

SIMIONATO DOS SANTOS, Guilherme Henrique. **Projeção de força em zonas contestadas: o caso da china e a dinâmica securitária na Asia-Pacífico.** 2015. 100 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140486>. Acesso em: 07 jul. 2021.

STEIL, B. ROCCA, B. **It Takes More Than Money to Make a Marshall Plan.** Council on Foreign Relations: Nova Iorque, 2018. Acesso em: < <https://www.cfr.org/blog/it-takes-more-money-make-marshall-plan> > Disponível em: 29 de Junho de 2021.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; THUDIUM, Guilherme Paiva Stamm. **A construção do pensamento em segurança e defesa na academia brasileira:** estudo de caso da parceria entre o NERINT e o NEE/CMS. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 29-44, jan. 2019. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/1718>]. Acesso em: 24 jun. 2021.

Sobre o entrevistado — José Miguel Quedi Martins é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em Ciência Política pela mesma instituição. É pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT-UFRGS) e do Grupo de Trabalho de Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança do Centro Estudos Internacionais Sobre Governo (CEGOV/UFRGS), com ênfase nos temas Integração Regional, Conflitos Internacionais, Guerra Local e Digitalização.